

CURSO DE PROCESSO CIVIL

V. 2

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART

PROCESSO DE CONHECIMENTO

12.^a edição revista e atualizada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097847

CURSO DE PROCESSO CIVIL

Volume 2

PROCESSO DE CONHECIMENTO

12.^a edição revista e atualizada

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

1.^a edição: 2001 – 2.^a edição, 1.^a tiragem: 02.2003; 2.^a tiragem: 07.2003 – 3.^a edição, 1.^a tiragem: 03.2004;
2.^a tiragem: 07.2004 – 4.^a edição, 1.^a tiragem: 03.2005; 2.^a tiragem: 06.2005; 3.^a tiragem: 08.2005 –
5.^a edição, 1.^a tiragem: 03.2006; 2.^a tiragem: 05.2006; 3.^a tiragem: 07.2006; 4.^a tiragem: 09.2006 –
6.^a edição, 1.^a tiragem: 02.2007; 2.^a tiragem: 05.2007; 3.^a tiragem: 09.2007 – 7.^a edição, 1.^a tiragem: 02.2008;
2.^a tiragem: 09.2008; 3.^a tiragem: 02.2009; 4.^a tiragem: 07.2009 – 8.^a edição: 01.2010 –
9.^a edição, 1.^a tiragem: 12.2010; 2.^a tiragem: 07.2011 – 10.^a edição: 01.2012; 11.^a edição: 2013.

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [02–2014]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [24.01.2014]



ISBN 978-85-203-5106-2

Sys:994443

SUMÁRIO

| | |
|---|---|
| APRESENTAÇÃO À 6. ^a EDIÇÃO | 7 |
| APRESENTAÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO | 9 |

PARTE I NOÇÕES PRELIMINARES

| | |
|--|----|
| 1. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA | 29 |
| 1.1 A necessária eliminação dos conflitos | 29 |
| 1.2 Da autotutela à distribuição de justiça por parte do Estado | 30 |
| 1.3 As vias alternativas à atividade do Estado | 32 |
| 1.4 Jurisdição e competência | 34 |
| 1.4.1 Generalidades | 34 |
| 1.4.2 A atuação da jurisdição brasileira. A chamada “competência” internacional | 37 |
| 1.4.3 Determinação da competência | 38 |
| 1.4.4 Competência relativa à matéria, competência funcional, competência relativa ao valor e competência territorial | 39 |
| 1.4.5 Competência absoluta e competência relativa | 41 |
| 1.4.6 Princípios sobre a competência no direito brasileiro | 44 |
| 1.4.7 Prorrogação de competência | 47 |
| 1.4.8 Conflito de competência | 50 |
| 2. PROCESSO COM FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS | 53 |
| 2.1 Processo | 53 |
| 2.2 Processo com fases de conhecimento e de execução, processo de execução e processo cautelar: diferenças básicas | 55 |
| 2.3 Procedimento ordinário, procedimento sumário e procedimentos especiais | 60 |
| 2.3.1 Primeiras considerações | 60 |
| 2.3.2 Procedimento sumário | 60 |
| 2.3.3 Procedimentos especiais | 64 |

PARTE II

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO
MEDIANTE A ANÁLISE DO PROCEDIMENTO
ORDINÁRIO E DOS SEUS INSTITUTOS

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 69 |
| 2. A PETIÇÃO INICIAL..... | 70 |
| 2.1 A distribuição da petição inicial e a instauração do processo | 70 |
| 2.2 Requisitos da petição inicial | 71 |
| 2.3 Causa de pedir | 72 |
| 2.4 Do pedido..... | 75 |
| 2.5 Pedido imediato e pedido mediato | 75 |
| 2.6 Os arts. 461 do CPC e 84 do CDC como exceções ao princípio de que o juiz deve se ater ao pedido | 81 |
| 2.7 Prestações periódicas vincendas e pedido condenatório para o futuro | 82 |
| 2.8 Pedido mediato indeterminado | 83 |
| 2.9 Obrigação alternativa e pedido alternativo | 83 |
| 2.10 Cumulação objetiva de pedidos | 84 |
| 2.11 Cumulação simples de pedidos..... | 84 |
| 2.12 Cumulação sucessiva de pedidos | 84 |
| 2.13 Cumulação alternativa de pedidos..... | 85 |
| 2.14 Modificações da causa de pedir e do pedido | 85 |
| 2.15 Partes..... | 86 |
| 2.16 Valor da causa | 87 |
| 2.17 Emenda à petição inicial | 88 |
| 2.18 Indeferimento da petição inicial..... | 88 |
| 2.19 Recurso de apelação contra o indeferimento da petição inicial..... | 90 |
| 2.20 Desistência da ação, propositura de nova ação e necessidade de distribuição ao mesmo juiz | 91 |
| 3. O JULGAMENTO DAS AÇÕES REPETITIVAS | 93 |
| 3.1 Interesse da questão | 93 |
| 3.2 Relação do art. 285-A com o art. 518, § 1.º..... | 96 |
| 3.3 A rejeição liminar da ação com base em decisão tomada em casos idênticos diante do direito de defesa..... | 98 |
| 3.4 Caso em que foi editada súmula acerca das ações idênticas | 99 |
| 3.5 A situação do autor que tem situação jurídica consolidada em ações idênticas | 100 |
| 3.6 Procedimento do julgamento das ações repetitivas. Conteúdos da apelação e da resposta do apelado | 100 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4. | A COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS..... | 103 |
| 4.1 | Citação | 103 |
| 4.2 | Espécies de citação..... | 105 |
| 4.3 | Efeitos da citação | 109 |
| 4.4 | Repetição e renovação da citação..... | 111 |
| 4.5 | Intimação | 112 |
| 4.6 | Os prazos e sua contagem..... | 114 |
| 4.7 | A comunicação eletrônica de atos processuais | 115 |
| 4.7.1 | O Diário Oficial eletrônico | 116 |
| 4.7.2 | A comunicação por portal dedicado..... | 117 |
| 5. | AS ATITUDES DO RÉU..... | 119 |
| 5.1 | Introdução | 119 |
| 5.2 | A revelia e seus efeitos | 121 |
| 5.2.1 | Primeiras considerações | 121 |
| 5.2.2 | A caracterização da revelia..... | 122 |
| 5.2.3 | Os efeitos da revelia..... | 123 |
| 5.3 | Reconhecimento da procedência do pedido, renúncia ao direito e desistência da ação | 129 |
| 5.4 | Defesas do réu..... | 131 |
| 5.4.1 | Considerações preliminares..... | 131 |
| 5.4.2 | Da contestação | 134 |
| 5.4.3 | Exceções | 139 |
| 5.4.3.1 | Exceção de incompetência relativa..... | 141 |
| 5.4.3.2 | Exceção de impedimento e exceção de suspeição | 142 |
| 5.5 | Reconvenção..... | 144 |
| 5.5.1 | Primeiras considerações | 144 |
| 5.5.2 | Requisitos | 145 |
| 5.5.3 | Procedimento..... | 149 |
| 6. | AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL..... | 151 |
| 6.1 | Introdução | 151 |
| 6.2 | Pressuposto fundamental: questão prejudicial | 152 |
| 6.3 | Requisitos..... | 154 |
| 6.4 | Procedimento | 156 |
| 7. | PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO | 159 |
| 7.1 | Introdução | 159 |
| 7.2 | Conceito de parte e de terceiro | 160 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 7.3 | Litisconsórcio | 163 |
| 7.3.1 | Primeiras considerações | 163 |
| 7.3.2 | Hipóteses de cabimento do litisconsórcio | 166 |
| 7.3.3 | Regime do litisconsórcio | 168 |
| 7.3.4 | A caracterização do litisconsórcio necessário | 170 |
| 7.4 | Assistência litisconsorcial..... | 173 |
| 7.4.1 | Conceituação | 173 |
| 7.4.2 | Regime jurídico..... | 174 |
| 7.5 | Assistência simples | 175 |
| 7.5.1 | Conceituação | 175 |
| 7.5.2 | Regime jurídico..... | 177 |
| 7.5.3 | O chamado “efeito de intervenção” | 177 |
| 7.6 | Oposição..... | 179 |
| 7.7 | Nomeação à autoria | 180 |
| 7.8 | Denúnciação da lide..... | 182 |
| 7.9 | Chamamento ao processo | 187 |
| 7.10 | Intervenção anômala..... | 188 |
| 8. | SUSPENSÃO DO PROCESSO | 191 |
| 9. | TUTELA ANTECIPATÓRIA | 195 |
| 9.1 | O uso não cautelar da tutela cautelar em vista da necessidade de maior tempestividade da tutela jurisdicional..... | 195 |
| 9.2 | Tutela antecipatória e tutela cautelar | 197 |
| 9.3 | A quebra da regra de que não há execução no curso do processo de conhe- cimento..... | 204 |
| 9.4 | Tutela antecipatória em caso de fundado receio de dano | 207 |
| 9.4.1 | Primeiras considerações | 207 |
| 9.4.2 | Prova inequívoca capaz de fazer surgir a verossimilhança | 207 |
| 9.4.3 | Procedimentos compatíveis com a tutela antecipatória | 210 |
| 9.4.4 | Momento da concessão da tutela antecipatória baseada em fundado receio de dano | 213 |
| 9.4.5 | A tutela antecipatória baseada em fundado receio de dano em face das diversas modalidades de sentença | 217 |
| 9.4.6 | Um aprofundamento na distinção entre a tutela antecipatória e a tutela cautelar..... | 220 |
| 9.4.7 | O § 7.º do art. 273 | 224 |
| 9.4.8 | A denominada “irreversibilidade” | 225 |
| 9.4.9 | A efetivação da tutela antecipatória | 227 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 9.5 | Tutela antecipatória baseada no art. 273, II e § 6.º | 228 |
| 9.5.1 | Primeiras considerações | 228 |
| 9.5.2 | A técnica da reserva da cognição da exceção substancial indireta infundada e a técnica monitória (art. 273, II) | 228 |
| 9.5.3 | Técnica da não contestação ou do reconhecimento jurídico parcial (art. 273, § 6.º) | 229 |
| 9.5.4 | Técnica do julgamento antecipado de parcela do pedido ou de um dos pedidos cumulados (art. 273, § 6.º) | 230 |
| 10. | A EXTINÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO | 233 |
| 11. | O JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO | 236 |
| 11.1 | Considerações preliminares | 236 |
| 11.2 | O julgamento antecipado do mérito quando a “questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência” | 237 |
| 11.3 | O julgamento antecipado do mérito em caso de revelia | 238 |
| 11.4 | A tutela antecipatória da parte incontroversa da demanda | 240 |
| 12. | AUDIÊNCIA PRELIMINAR..... | 243 |
| 12.1 | Considerações preliminares | 243 |
| 12.2 | A conciliação | 243 |
| 12.2.1 | A importância da conciliação | 243 |
| 12.2.2 | Direitos que não admitem transação..... | 244 |
| 12.2.3 | Circunstâncias da causa que evidenciam ser improvável a obtenção de transação | 244 |
| 12.2.4 | Comparecimento de procurador ou preposto com poderes para transigir..... | 245 |
| 12.3 | Decisão das questões pendentes, fixação dos pontos controvertidos e deferimento das provas (em audiência)..... | 245 |
| 12.4 | Decisão das questões pendentes, fixação dos pontos controvertidos e deferimento das provas (quando não é necessária a audiência preliminar).. | 245 |
| 13. | A PROVA..... | 247 |
| 13.1 | A verdade e a função da prova..... | 248 |
| 13.1.1 | A busca da verdade..... | 248 |
| 13.1.2 | O processo e o discurso..... | 254 |
| 13.1.3 | A definição de prova..... | 259 |
| 13.2 | Objeto da prova | 261 |
| 13.3 | Ônus da prova..... | 263 |
| 13.3.1 | O fim da distribuição do ônus da prova..... | 263 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 13.3.2 | Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu | 266 |
| 13.3.3 | A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida | 266 |
| 13.3.4 | Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada material | 267 |
| 13.3.5 | A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material | 268 |
| 13.3.6 | Situações de direito material que exigem que o ônus da prova seja tratado de maneira diferenciada | 270 |
| 13.3.7 | A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor | 271 |
| 13.3.8 | Ônus da prova, convicção e motivação | 275 |
| 13.4 | Fatos afirmados que não dependem de prova | 276 |
| 13.4.1 | Considerações iniciais | 276 |
| 13.4.2 | Fatos notórios | 276 |
| 13.4.3 | Confissão | 278 |
| 13.4.4 | Não contestação | 280 |
| 13.4.5 | Presunção legal de existência ou de veracidade | 284 |
| 13.5 | Poder probatório do juiz | 285 |
| 13.6 | Prova emprestada | 286 |
| 13.7 | Fases do procedimento probatório | 288 |
| 13.8 | A prova indiciária | 290 |
| 13.8.1 | Considerações iniciais | 290 |
| 13.8.2 | Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisório) | 296 |
| 13.9 | A prova e a ação inibitória | 297 |
| 13.9.1 | Apresentação das premissas | 297 |
| 13.9.2 | Pressupostos da ação inibitória | 299 |
| 13.9.3 | A ameaça | 300 |
| 13.9.4 | A prova da ameaça | 302 |
| 13.10 | Regras de privilégio | 306 |
| 13.11 | Depoimento pessoal | 308 |
| 13.11.1 | Conceito, natureza jurídica e generalidades | 308 |
| 13.11.2 | Procedimento probatório | 312 |
| 13.12 | Confissão | 313 |
| 13.12.1 | Conceito e generalidades | 313 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 13.12.2 | Natureza jurídica | 314 |
| 13.12.3 | Elementos da confissão | 315 |
| 13.12.4 | Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão | 317 |
| 13.12.5 | Confissão efetiva e confissão ficta..... | 319 |
| 13.12.6 | Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada | 320 |
| 13.12.7 | Eficácia..... | 321 |
| 13.12.8 | Indivisibilidade da confissão | 322 |
| 13.13 | Exibição de documento ou coisa | 324 |
| 13.13.1 | Generalidades e definição | 324 |
| 13.13.2 | Campo de atuação da exibição..... | 325 |
| 13.13.3 | Exibição e dever de colaboração com o Judiciário | 325 |
| 13.13.4 | Natureza da exibição | 327 |
| 13.13.5 | Fundamento da exibição | 327 |
| 13.13.6 | Sujeitos da exibição | 328 |
| 13.13.7 | Procedimento da exibição em face da parte | 330 |
| 13.13.8 | Procedimento da exibição em face de terceiro..... | 331 |
| 13.14 | Prova documental | 332 |
| 13.14.1 | Generalidades..... | 332 |
| 13.14.2 | Noção | 334 |
| 13.14.3 | Prova documental e prova documentada | 336 |
| 13.14.4 | Documento e instrumento | 337 |
| 13.14.5 | Elementos do documento | 338 |
| 13.14.6 | Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade | 342 |
| 13.14.7 | Prova documental e evolução tecnológica..... | 344 |
| 13.14.8 | A fotografia digital..... | 350 |
| 13.14.9 | Prova documental e <i>fac-símile</i> | 351 |
| 13.14.10 | Força probante dos documentos..... | 353 |
| 13.14.11 | Produção da prova documental | 355 |
| 13.14.12 | Incidente de arguição de falsidade documental..... | 358 |
| 13.14.13 | A prova documental eletrônica na Lei 11.419/2006 | 366 |
| 13.14.14 | A ata notarial | 367 |
| 13.15 | Prova testemunhal | 369 |
| 13.15.1 | Generalidades e conceito | 369 |
| 13.15.2 | A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio | 370 |
| 13.15.3 | Produção da prova testemunhal..... | 372 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 13.16 | Prova pericial | 375 |
| 13.16.1 | Generalidades e definição | 375 |
| 13.16.2 | O perito e os assistentes técnicos | 377 |
| 13.16.3 | Produção da prova pericial | 378 |
| 13.17 | Inspeção judicial | 381 |
| 13.17.1 | Generalidades e noção | 381 |
| 13.17.2 | Produção da inspeção judicial..... | 381 |
| 13.18 | Prova ilícita | 382 |
| 13.18.1 | As provas típicas e atípicas | 382 |
| 13.18.2 | Os planos dos fatos e das provas | 383 |
| 13.18.3 | A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador | 384 |
| 13.18.4 | Ilicitude no plano do direito material: i) na obtenção da prova pré-constituída, ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, iii) na formação e na produção da prova e iv) na utilização da prova pré-constituída ... | 385 |
| 13.18.5 | Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova..... | 385 |
| 13.18.6 | A gravidade da violação..... | 386 |
| 13.18.7 | A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências | 387 |
| 13.18.8 | A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos” | 388 |
| 13.18.9 | Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF..... | 389 |
| 13.18.10 | A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil | 390 |
| 13.18.11 | A proibição da prova ilícita no processo civil e a regra da proporcionalidade | 391 |
| 13.18.12 | A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada..... | 395 |
| 13.18.13 | Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimiento inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimiento provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>) | 397 |
| 13.18.14 | O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear | 399 |
| 13.18.15 | A teoria da descontaminação do julgado | 400 |
| 14. | AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... | 401 |
| 14.1 | Objeto da audiência e sua necessidade..... | 401 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 14.2 | A unidade da audiência de instrução e julgamento e a possibilidade de seu desdobramento | 402 |
| 15. | SENTENÇA | 404 |
| 15.1 | Conceito e função | 404 |
| 15.2 | Requisitos da sentença | 406 |
| 15.2.1 | Introdução | 406 |
| 15.2.2 | Relatório | 407 |
| 15.2.3 | Fundamentação | 407 |
| 15.2.4 | Parte dispositiva | 408 |
| 15.3 | Vícios da sentença | 409 |
| 15.3.1 | Ausência dos chamados requisitos essenciais da sentença | 409 |
| 15.3.2 | Vedação de o juiz proferir sentença ilíquida no caso em que o autor tiver formulado pedido certo | 410 |
| 15.3.3 | Vedação de a sentença julgar fora do pedido, alguém ou além do pedido | 410 |
| 15.3.4 | O art. 461 do CPC e o art. 84 do CDC como exceções ao princípio da congruência entre a sentença e o pedido | 412 |
| 15.3.5 | A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional | 413 |
| 15.4 | Classificação das sentenças | 413 |
| 15.5 | Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência | 422 |
| 15.5.1 | Sentença declaratória | 422 |
| 15.5.2 | Sentença constitutiva | 424 |
| 15.5.3 | Sentença condenatória | 424 |
| 15.5.4 | Sentença mandamental | 427 |
| 15.5.5 | Sentença executiva | 428 |
| 15.6 | Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos | 429 |
| 15.7 | Sentença satisfativa e sentença não satisfativa | 431 |
| 15.8 | A questão da tutela específica dos direitos | 433 |
| 15.9 | As sentenças não satisfativas e as várias espécies de tutela | 436 |
| 15.9.1 | Primeiras considerações | 436 |
| 15.9.2 | Tutela inibitória | 437 |
| 15.9.2.1 | Tutela inibitória: premissa | 437 |
| 15.9.2.2 | A tutela inibitória e os seus pressupostos | 437 |
| 15.9.2.3 | A tutela inibitória como corolário do direito constitucional de acesso à justiça | 438 |
| 15.9.2.4 | A tutela inibitória negativa e a tutela inibitória positiva | 439 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 15.9.2.5 | Os arts. 461 do CPC e 84 do CDC: a tutela inibitória individual e a tutela inibitória coletiva..... | 440 |
| 15.9.2.6 | A tutela inibitória e o princípio de que a sentença deve ficar adstrita ao pedido do autor..... | 440 |
| 15.9.3 | Tutela inibitória executiva | 442 |
| 15.9.3.1 | Considerações iniciais | 442 |
| 15.9.3.2 | O fundamento da tutela inibitória executiva | 443 |
| 15.9.4 | Tutela inibitória do inadimplemento | 445 |
| 15.9.5 | Tutela de remoção do ilícito..... | 446 |
| 15.9.6 | Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito | 448 |
| 15.9.7 | Tutela ressarcitória na forma específica..... | 451 |
| 15.9.8 | Tutela pelo equivalente monetário | 452 |
| 15.9.9 | Tutela de imissão na posse de coisa móvel..... | 453 |
| 15.9.10 | Tutela de imissão na posse de coisa imóvel..... | 453 |
| 15.9.11 | Tutela reivindicatória | 453 |
| 15.9.12 | Tutela de reintegração de posse | 455 |
| 15.9.13 | Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição do contrato | 455 |
| 15.10 | O convencimento do juiz | 458 |
| 15.10.1 | Verdade e convicção | 458 |
| 15.10.2 | Convicção e participação judicial..... | 458 |
| 15.10.3 | Limitações à produção da prova | 459 |
| 15.10.4 | A tese sueca sobre o convencimento judicial | 460 |
| 15.10.5 | A acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprinzip</i> , <i>Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante | 461 |
| 15.10.6 | A teoria de Gerhard Walter | 462 |
| 15.10.7 | Objecções à teoria da verossimilhança preponderante | 464 |
| 15.10.8 | O convencimento judicial e a regra do ônus da prova | 465 |
| 15.11 | A motivação..... | 466 |
| 15.11.1 | Considerações preliminares..... | 466 |
| 15.11.2 | A prova e a motivação..... | 466 |
| 15.11.2.1 | A motivação quando das fases de admissão e de produção da prova | 466 |
| 15.11.2.2 | O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes | 468 |
| 15.11.2.3 | A explicação do conteúdo das provas | 468 |
| 15.11.2.4 | A motivação da prova indiciária e da presunção | 469 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 15.11.2.5 | Motivar não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora..... | 469 |
| 15.11.2.6 | A necessidade de motivação de todas as provas produzidas..... | 471 |
| 15.11.3 | Raciocínio probatório, decisão e justificação..... | 472 |
| 15.11.3.1 | Introdução..... | 472 |
| 15.11.3.2 | A justificação da credibilidade da prova..... | 473 |
| 15.11.3.3 | A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada..... | 474 |
| 15.11.3.4 | O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato..... | 475 |
| 15.11.3.5 | O raciocínio entre o indício e o fato essencial..... | 476 |
| 15.11.3.6 | Valoração individual e valoração conjunta..... | 478 |
| 15.11.3.7 | A valoração conjunta, o encontro de duas estórias aceitáveis, e a construção da “verdade processual” ... | 479 |
| 15.11.3.8 | As dimensões analítica e sintética..... | 480 |
| 15.11.3.9 | Coerência narrativa e construção da verdade processual..... | 481 |
| 15.11.3.10 | A coerência lógica..... | 482 |
| 15.11.3.11 | A congruência..... | 482 |
| 15.11.3.12 | A integração entre os métodos analítico e sintético ... | 484 |

PARTE III

OUTROS INSTITUTOS COMUNS

| | | |
|-------|--|-----|
| 1. | O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO..... | 489 |
| 1.1 | Primeiras considerações..... | 489 |
| 1.2 | Argumentos favoráveis à dupla decisão..... | 489 |
| 1.3 | Argumentos desfavoráveis à dupla decisão..... | 491 |
| 1.4 | A Constituição Federal não garante o duplo grau de jurisdição..... | 495 |
| 2. | OS RECURSOS..... | 499 |
| 2.1 | Definição..... | 500 |
| 2.2 | Princípios relativos aos recursos..... | 500 |
| 2.2.1 | Princípio do duplo grau de jurisdição..... | 501 |
| 2.2.2 | Princípio da taxatividade..... | 502 |
| 2.2.3 | Princípio da unirrecorribilidade..... | 503 |
| 2.2.4 | Princípio da fungibilidade..... | 504 |
| 2.2.5 | Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> | 507 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 2.3 | Pressupostos recursais | 508 |
| 2.4 | Efeitos dos recursos..... | 515 |
| 2.4.1 | Obstar a incidência da preclusão ou da coisa julgada sobre a decisão recorrida..... | 515 |
| 2.4.2 | Efeito devolutivo..... | 516 |
| 2.4.3 | Efeito suspensivo | 518 |
| 2.4.4 | Efeito translativo..... | 519 |
| 2.4.5 | Outros efeitos..... | 519 |
| 2.5 | Apelação..... | 520 |
| 2.5.1 | Cabimento | 520 |
| 2.5.2 | O não cabimento da apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal..... | 525 |
| 2.5.3 | Efeitos da interposição da apelação | 527 |
| 2.5.4 | Procedimento na instância inferior..... | 530 |
| 2.5.5 | Procedimento no tribunal..... | 532 |
| 2.6 | Agravo..... | 534 |
| 2.6.1 | Cabimento | 534 |
| 2.6.2 | Efeitos da interposição | 537 |
| 2.6.3 | Procedimento do agravo retido..... | 539 |
| 2.6.4 | Procedimento do agravo por instrumento..... | 540 |
| 2.7 | Embargos de declaração..... | 545 |
| 2.7.1 | Cabimento | 545 |
| 2.7.2 | Efeitos da interposição | 547 |
| 2.7.3 | Procedimento dos embargos de declaração..... | 548 |
| 2.7.4 | Embargos de declaração com efeito infringente..... | 549 |
| 2.8 | Embargos infringentes..... | 552 |
| 2.8.1 | Cabimento | 552 |
| 2.8.2 | Efeitos da interposição dos embargos infringentes | 556 |
| 2.8.3 | Procedimento dos embargos infringentes | 557 |
| 2.9 | Recurso ordinário constitucional..... | 559 |
| 2.9.1 | Cabimento | 559 |
| 2.9.2 | Efeitos da interposição do recurso ordinário | 559 |
| 2.9.3 | Procedimento do recurso ordinário..... | 560 |
| 2.10 | Recurso extraordinário e recurso especial | 561 |
| 2.10.1 | Cabimento | 561 |
| 2.10.2 | “A repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário..... | 567 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 2.10.3 | Efeitos | 571 |
| 2.10.4 | Os recursos especial e extraordinário retidos | 572 |
| 2.10.5 | Procedimento na instância inferior | 573 |
| 2.10.6 | Procedimento no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça | 578 |
| 2.11 | Embargos nos tribunais superiores | 578 |
| 2.11.1 | Embargos de declaração | 579 |
| 2.11.2 | Embargos infringentes | 580 |
| 2.11.3 | Embargos de divergência | 581 |
| 2.12 | Incidentes no procedimento recursal | 583 |
| 2.12.1 | Introdução | 583 |
| 2.12.2 | Recurso adesivo | 584 |
| 2.12.2.1 | Cabimento | 584 |
| 2.12.2.2 | Procedimento | 585 |
| 2.12.3 | O art. 557 do CPC e os poderes do “relator” | 585 |
| 2.12.3.1 | O duplo grau de jurisdição, a morosidade do processo e os poderes do “relator” | 585 |
| 2.12.3.2 | A disciplina dos poderes do “relator” | 586 |
| 2.12.3.3 | Pressupostos para o julgamento monocrático do “relator” | 590 |
| 2.12.3.4 | Julgamento monocrático pelo relator e consectários recursais | 595 |
| 2.12.3.5 | Julgamento monocrático pelo relator e revisão pelo colegiado. O agravo | 598 |
| 2.12.4 | O incidente de deslocamento de competência do art. 555, § 1.º .. | 602 |
| 2.12.4.1 | Generalidades e cabimento | 602 |
| 2.12.4.2 | Pressupostos para a aplicação do deslocamento de competência | 604 |
| 2.12.4.3 | Procedimento do incidente nos tribunais inferiores .. | 605 |
| 2.12.4.4 | Procedimento perante os tribunais superiores | 606 |
| 2.12.5 | Uniformização de jurisprudência | 607 |
| 2.12.5.1 | Generalidades e cabimento | 607 |
| 2.12.5.2 | Procedimento | 608 |
| 2.12.6 | Declaração de inconstitucionalidade | 609 |
| 2.12.6.1 | Generalidades e cabimento | 609 |
| 2.12.6.2 | Procedimento | 610 |
| 2.12.7 | Medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial e a recurso extraordinário | 612 |
| 2.12.7.1 | Considerações preliminares | 612 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.12.7.2 | Medida cautelar e recurso admitido | 613 |
| 2.12.7.3 | Medida cautelar quando ainda não interposto recurso ou quando o recurso ainda não foi submetido ao juízo de admissibilidade no tribunal de origem..... | 614 |
| 2.12.7.4 | Competência para o julgamento da cautelar enquanto não proferido juízo de admissibilidade no tribunal de origem..... | 615 |
| 2.12.7.5 | Recurso extraordinário ou especial não admitidos, interposição de agravo e medida cautelar para suspender os efeitos da decisão..... | 617 |
| 2.12.7.6 | Competência para o julgamento da cautelar quando interposto recurso de agravo contra decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário e especial ... | 618 |
| 2.12.8 | Tutela antecipatória em face dos recursos especial e extraordinário | 619 |
| 2.12.8.1 | Generalidades | 619 |
| 2.12.8.2 | Instrumento processual para a postulação da tutela antecipatória | 619 |
| 2.12.8.3 | Tutela antecipatória enquanto não interposto recurso | 620 |
| 2.12.8.4 | Tutela antecipatória depois de protocolado o recurso no tribunal de origem | 620 |
| 2.12.9 | Recurso especial e recurso extraordinário retidos e necessidade de suspensão dos efeitos da decisão recorrida ou de tutela antecipatória | 621 |
| 2.12.9.1 | Os recursos especial e extraordinário retidos diante da ameaça de dano ao recorrente | 621 |
| 2.12.9.2 | Admissão do processamento dos recursos e necessidade de medida cautelar..... | 621 |
| 2.12.9.3 | Admissão do processamento dos recursos e necessidade de tutela antecipatória | 622 |
| 2.12.9.4 | Indevida decisão de retenção, meio de sua impugnação e necessidade de medida cautelar ou de tutela antecipatória..... | 622 |
| 2.13 | Reexame necessário | 623 |
| 2.13.1 | Generalidades | 623 |
| 2.13.2 | Natureza jurídica..... | 624 |
| 2.14 | Súmula vinculante..... | 625 |
| 2.14.1 | Alcance e força da súmula vinculante..... | 626 |
| 2.14.2 | Edição, revisão e cancelamento da súmula vinculante | 628 |
| 3. | PRECLUSÃO | 630 |
| 3.1 | Generalidades..... | 630 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 3.2 | Conceito e classificação..... | 630 |
| 3.3 | Efeitos | 632 |
| 4. | COISA JULGADA | 634 |
| 4.1 | Coisa julgada material e coisa julgada formal..... | 634 |
| 4.2 | Generalidades e definição | 635 |
| 4.3 | Limites subjetivos da coisa julgada | 644 |
| 4.4 | Limites objetivos da coisa julgada..... | 647 |
| 4.5 | Eficácia preclusiva da coisa julgada..... | 650 |
| 5. | AÇÃO RESCISÓRIA | 655 |
| 5.1 | Noção | 655 |
| 5.2 | Hipóteses de cabimento | 656 |
| 5.3 | Consolidação dos pressupostos da ação rescisória | 660 |
| 5.4 | Ação anulatória de ato judicial | 662 |
| 5.5 | Cumulação do <i>iudicium rescindens</i> com o <i>iudicium rescissorium</i> | 664 |
| 5.6 | Procedimento da ação rescisória | 666 |
| 5.7 | A <i>querela nullitatis</i> | 670 |
| 6. | A QUESTÃO DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA..... | 672 |
| 6.1 | A tese da relativização da coisa julgada | 672 |
| 6.2 | Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito | 673 |
| 6.3 | Sentença que se baseou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF | 674 |
| 6.4 | Ação rescisória contra sentença fundada em lei declarada inconstitucional pelo STF | 678 |
| 6.5 | O laudo pericial que discrepa da realidade | 684 |
| 6.6 | O exame de DNA que contraria a sentença proferida na ação de investigação de paternidade..... | 685 |
| 6.7 | A desnecessidade de invocar a regra da proporcionalidade..... | 686 |
| 6.8 | Apreciação crítica da tese da relativização da coisa julgada em face da teoria da justiça | 691 |
| | BIBLIOGRAFIA | 693 |
| | ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... | 707 |
| | OUTRAS OBRAS DOS AUTORES..... | 717 |